



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina  
Brasil

Abreu da Silveira, Flávio Leonel  
Paisagens do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA): considerações sobre a conservação do  
patrimônio urbano no contexto amazônico  
Antíteses, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, 2014, pp. 230-257  
Universidade Estadual de Londrina  
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **Paisagens do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA): considerações sobre a conservação do patrimônio urbano no contexto amazônico<sup>1</sup>**

*The Landscapes of the Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA):  
reflections on the conservation of urban patrimony in the  
amazonian context.*

**Flávio Leonel Abreu da Silveira\***

## **RESUMO**



A proposta do artigo é a de discutir a importância do Bosque Rodrigues Alves (Belém – PA) para o contexto urbano da metrópole paraense, buscando refletir sobre o seu estatuto de Patrimônio Municipal, considerando a amplitude de patrimônios que detém. A partir daí, a discussão sobre o tema das paisagens, das sociabilidades e das relações entre natureza e cultura no âmbito da conservação patrimonial voltada a uma área verde urbana, coloca a necessidade de repensar a oposição cultura *versus* natureza, e a consequente problematização da noção de paisagem cultural como alternativa para superá-la.

*Palavras-chave: Paisagens. Patrimônio. Natureza. Cultura. Cidade.*

<sup>1</sup>Agradeço a Dra Marcia Bezerra pela leitura do artigo e pelas sugestões, todavia, a responsabilidade pelo seu conteúdo é toda minha.

\* Possui graduação em Licenciatura em Biologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA).

## ABSTRACT



This paper aims at discussing the importance of the woods Bosque Rodrigues Alves (Belém - PA) for the Pará urban context, seeking to reflect on their status as County Heritage, considering the spectrum of patrimonies included there. Based on this, the discussion on the topic of landscapes, sociability and relationships between nature and culture in the field of heritage conservation related to the urban green area, implies the necessity of rethinking the opposition of culture *versus* nature, and the consequent problematization of the cultural landscape concept as an alternative to surmount it.

*Keywords: Landscapes. Heritage. Nature. Culture. City.*

## Introdução

O exercício que realizo neste artigo é eminentemente interdisciplinar. Para tanto, parto de minhas reflexões no campo antropológico, mais diretamente da pesquisa etnográfica que realizo junto ao Bosque Rodrigues Alves, na cidade de Belém (PA)<sup>2</sup>, a fim de encontrar caminhos de diálogo entre a disciplina desde a qual me situo e os demais campos que evoco para pensar os fenômenos que pretendo compreender. Portanto, meu interesse volta-se às interações entre humanos e não-humanos (neste caso, priorizo os vegetais) no contexto belenense, especialmente, quando se trata de refletir sobre uma área verde urbana que traz consigo uma longa tradição de manejo das plantas.

O esforço aqui reside em esboçar um diálogo - que penso ser extremamente profícuo - entre temas e reflexões oriundos de pesquisas relativas à história ambiental/antropologia da natureza e à história/antropologia da ciência, as quais têm trazido contribuições relevantes para o entendimento das complexidades inerentes às relações entre humanos e o que poderíamos chamar de um patrimônio botânico, ao longo do tempo. Associo, ainda, tais reflexões ao campo dos estudos antropológicos acerca do urbano, cotejando os estudos de memória e do imaginário da cidade (CERTEAU, 1993).

<sup>2</sup> Pesquisa realizada no âmbito do Projeto de bolsa de produtividade em pesquisa (CNPq), intitulado "Estudo antropológico das interações de humanos com os não-humanos no Bosque Rodrigues Alves na cidade de Belém (PA). Paisagens de evasão, conservação da biodiversidade e imaginário urbano".

## *As reconfigurações da cidade de Belém e a construção das paisagens de opulência*

O fausto da economia da borracha tão bem representada no filme *Fitzcarraldo*<sup>3</sup>, do diretor alemão Werner Herzog, significou um período intenso, mas efêmero de prosperidade na região amazônica. Se na virada do século XIX para o XX os modos de vida das classes abastadas deveriam corresponder àqueles experimentados pelas elites do continente europeu, oscilando entre a *mimesis* - entendida aqui como cópia deslocada, quando não, equivocada, de uma Europa industrializada e moderna - e a criatividade que tudo resignifica sob o sol equatorial vibrando sobre a elegância dos açazeiros e a agitação dos micos. Obviamente, que as noções de urbanidade precisavam se alterar nos quadros de um processo civilizador que se desdobrava na passagem do século impulsionado pelo *boom* do látex (WEINSTEIN, 1993), de maneira à reconfigurar a urbe amazônica e as formas de praticá-la dentro de uma perspectiva da Modernidade.

A intensidade da circulação do dinheiro (SIMMEL, 1994) e as novas formas sociais/estilos de vida que aciona e engendra naquele momento, estavam associadas a determinados bens que conferiam status e distinção a um grupo seletivo de pessoas na Belém que se moderniza rapidamente, se identificando com as modas e visões de mundo oriundas do continente europeu. Tais luxos, no entanto, eram mantidos pelo trabalho extrativo do caucho exercido por índios, negros, caboclos e nordestinos, subjugados pelo sistema de aviamento nos barracões situados nas brenhas, configurando um jogo social marcado pelas exacerbadas assimetrias entre ricos e pauperizados.

Neste sentido, há um conjunto de fatos e, mesmo, um rico anedotário que persiste na memória coletiva belenense girando em torno dos luxos excessivos vividos pela sociedade rica à época, que merece ser mais bem compreendido por parte de historiadores e antropólogos contemporâneos que estudam a Amazônia, assim como o universo dos barracões e suas atrocidades nos espaços dos seringais - cotejadas pela etnografia de Taussig (1993) - e que estariam ligadas, conforme a fina etnografia de Alencar (2009), ao “tempo dos padrões brabos”.

O mundo urbano belenense experimentará um novo processo de transformação de suas paisagens citadinas, pois as modificações vividas à época só terão paralelo àquelas promovidas pelos anseios pombalinos de caráter iluminista no XVIII. A chamada *Belle Époque* no contexto paraense encontrará no intendente Antônio Lemos a sua figura de proa, pois é ele que estará à frente da remodelação urbana embalada pela economia da borracha.

---

<sup>3</sup> Fitzcarraldo - Direção: Werner Herzog, 157 min, Alemanha/Peru, 1982.

Geraldo Mártires Coelho (2012, p.129) aponta questões interessantes sobre a ideia de *belle époque* e seus desdobramentos para o país e, por certo, para a Amazônia. Segundo o autor:

Em nome da identidade de um tempo cujos sujeitos sociais emergiram das novas condições econômicas e sociais dominantes no mundo do capital, a *belle époque* implica reconhecer linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidades que, produzidas nos centros hegemônicos da economia do capitalismo industrial, reproduziam-se, em escala planetária, também na condição das formas de ser e de agir em tempos que implicavam o triunfo do Progresso e a afirmação da Civilização. A partir de seus centros hegemônicos, essa reprodução do capital simbólico representado na cultura burguesa processou-se no mundo contemporâneo, e foi retrabalhado pelas elites das sociedades periféricas integradas na mundialização do capital.

Ana Maria Daou (2000, p.8-9) ao referir-se às transformações urbanas vividas pelos grandes centros amazônicos naquele período, Manaus e Belém, a partir dos impulsos que a “economia gomífera” possibilitou à região, afirma o seguinte:

O final do Segundo Reinado e as décadas iniciais da implantação do regime republicano no Brasil compõem o pano de fundo. Sob vários aspectos, esses anos promoveram as bases das sociedades identificadas com a *belle époque* amazônica, quando as elites de Pará e do Amazonas – favorecidas pela crescente aplicação da borracha na indústria automobilística – ganham visibilidade nacional e internacional. Consagrou-se, então, parte de suas expectativas quanto a implantação de sinais e instrumentos de civilização e progresso para o engrandecimento de suas províncias.

É a partir de um contexto de acelerada internacionalização regional, identificado ao intenso tráfego náutico que se dá “a melhoria dos costumes”, como aponta a autora (DAOU, 2000, p.11-15). Nestes termos, as elites locais “se esforçaram por impor, pelas reformas urbanas, os sinais de conforto material e do progresso facilitados pelos negócios da borracha”. Portanto, fica evidente que um *ethos* burguês se estrutura engendrando formas sociais ancoradas na acumulação de riquezas oriundas da economia do látex, o que exige a reconfiguração dos cenários que compõem o mundo urbano, percebidos como espaços de ostentação e *glamour*, portanto de civilidade em oposição ao interior (a floresta), como já indicou Williams (1989) para o contexto inglês. As edificações e patrimônios erigidos à época atestam a transformações ocorridas.

Para o contexto belenense os estudos de Maria Nazaré Sarges (2002a, 2002b), revelam com detalhes as ações impetradas pelo Intendente Antônio Lemos ao longo do período em que esteve no poder, e o clima de prosperidade ao qual estavam ligadas as medidas, envolvendo o processo de reurbanização da cidade de Belém e a consequente redefinição das

feições da urbe. As transformações ocorridas seguiam o ideário modernista, cujo caráter triunfalista e civilizador caracterizam a chamada *Belle Époque*. Nas palavras de Geraldo Mártires Coelho (2012, p.131) era

[c]ompreensível, portanto, que as mentalidades das elites urbanas do Brasil, a belle époque coroasse o empenho histórico para a construção de um país que se supunha real, mas cujas estruturas fundadoras encontravam-se no país imaginário. Da Natureza passávamos à Cultura, chegávamos à História.

No governo lequista a cidade de Belém conheceu um processo de reurbanização inspirado nas transformações vividas na Paris de Haussmann.<sup>4</sup> Para o artigo em questão, interessa-me pensar a influência da “cultura paisagística francesa” (DOURADO, 2011, p.21) sobre a reconfiguração urbana belenense, especialmente no que se refere à construção de jardins e espaços de sociabilidade para as classes abastadas.

A arborização utilizando espécies exóticas (AIROZA, 2010), deu origem aos famosos túneis de mangueiras, que tão bem caracterizariam a cidade de Belém durante décadas e que, no contemporâneo, escasseiam a olhos vistos. As “árvores como recurso a serviço da salubridade urbana” (DOURADO, 2011, p.31) contribuíam para a construção de um microclima na cidade, o que favorecia os *promenades* agradáveis por parte dos ricos durante os seus passeios pelas vias, percebidas como espaços de deambulação, agora, alargadas e que juntamente com as praças, jardins e áreas verdes eram praticados como locais voltados ao “refrigério”. Sendo assim:

O centro de Belém, ajardinado e arborizado, era uma vitrine da civilização, um espaço cativo socialmente falando, ao qual não tinham acesso, ou tinham acesso restrito e policiado, os excluídos da sociedade do látex. Os jardins, *locus* por excelência dessa urbanização triunfalista e discriminatória, figuravam no discurso de Antônio Lemos como cenários de bem-estar e palcos de boa educação e do bom gosto. (COELHO, 2012, p.148-149).

Portanto, não era qualquer pessoa que poderia frequentar certos lugares da cidade. A sociabilidade nesses espaços de passeio estava direcionada àqueles que eram detentores de posses, tratava-se de uma sociabilidade excludente que se dava em determinados territórios de frequência dos ricos. Maria Angela P. Leite (2011, p. 64) referindo-se a primeira metade do século XX, afirma que os “[j]ardins, parques e espaços públicos deveriam promover o

<sup>4</sup> “Em linhas gerais, ela [a reurbanização] consistiu na atualização de infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica, na regularização e ampliação da malha viária, na valorização do centro monumental e teve, como um de seus pontos altos, a implementação de um conjunto metropolitano de parques, praças e ruas arborizadas (CARS; PIÑON, 1991, apud DOURADO, 2011, p. 27)

encontro de pessoas e o papel da vegetação deveria ser o de contribuir, como um dos elementos do projeto de paisagismo, para a estruturação dos espaços livres para essa finalidade”. Os *promenades* consistiam assim em experiências de evasão realizadas em certos locais da cidade, estando relacionados ao gosto pelas caminhadas tranquilas, quando as pessoas urbanas e bem posicionadas entravam em contato com paisagens, entre as quais era possível estar na presença de uma natureza moldada pelas ações técnicas e criativas humanas, e por isso, voltadas ao deleite estético de seus apreciadores.

O projeto lealista para a urbe amazônica representava a luta contra a barbárie reinante aos olhos das elites e que destoava com a perspectiva progressista, atrelada à visão higienizadora que o intendente defendia. Reformar, assim, significava tornar Belém uma cidade moderna nos seus equipamentos e nas formas de lidar com eles, indicando uma mudança de hábitos e de posturas. De alguma forma, a cidade vivia uma segunda reconfiguração e investida do poder disciplinador sobre os seus espaços e corpos de seus habitantes, pois o modernismo aburguesado lealista, neste caso, reverberava no iluminismo despótico pombalino, principalmente no que tange a redefinir o lugar de Belém nos contextos nacional e internacional.

Ora, se Pombal se interessou em perscrutar as riquezas existentes na Província dentro de seu projeto ilustrado, note-se que ele também se preocupou em colocar Belém na rota das circulações botânicas – na ótica de uma globalização cultural e econômica - a partir da construção do Horto de São José (SANJAD, 2006). Se naquele tempo eram as especiarias do sertão e as madeiras para construção que moviam a economia colonial, propiciando mudanças na urbe, veremos que passado pouco mais de um século a política renovadora de Lemos, impulsionada pela extração nos seringais/produção de látex, será o leitmotiv de tais transformações urbanas. Todavia, faço a ressalva de que a questão aqui, não é a de equiparar ambos os períodos tão diversos política e ideologicamente, mas sim de pensa-los como momentos recorrentes no que tange às renovações urbanas, embaladas pelas riquezas oriundas do comércio pautado em produtos vegetais no contexto belenense.

Políticas distintas, mas redefinidoras dos destinos da cidade erigiram rico patrimônio urbanístico e arquitetônico na Belém de outrora, e que no contemporâneo podem ser acessados pelo observador sensível que deambula pelas paisagens citadinas identificando as suas marcas, verificando as camadas de memórias evidentes, por vezes sobrepostas ou, em certos casos, soterradas pelo esquecimento. A densidade das memórias relativas à perdurância dos patrimônios exige mais do que uma etnografia de caráter denso - para invocar a perspectiva geertziana (GEERTZ, 1989) -, pois evoca um mergulho no sensível da vida social.

Belém, seguindo as indicações de Sansot (1983, p.48-59) para o entendimento das complexidades de uma “cidade sensível”, requer que o observador da vida social pratique os lugares, deambule por eles impregnando-se de suas imagens e das sensações que suscita.

Seria, portanto, em tais lugares enquanto “depósitos de gerações e anos” – e, por isso, detentores de consistência e plenitude, na perspectiva do autor - que o antropólogo deveria buscar os “sentimentos [que] estão contidos no sensível”, de maneira a pensar o espaço (ou, a espacialidade dos lugares (TUAN, 1983)) enquanto expressão sutil, relativa à consubstanciação formal das memórias vinculadas ao lugar – bem como, as figurações objetais (MAFFESOLI, 2008) que animam subjetivamente as paisagens coexistenciais urbanas, ligando homens e coisas; humanos e não-humanos - a fim de “restituir”, como indica Sansot (1983) “o sensível em suas temporalidades”.

É a partir daí que as agências de *personas* historicamente distantes do meu tempo, mas que redefiniram os lugares que pratico, vibram na temporalidade em que existo como sujeito no mundo (e antropólogo), pois o entrelaçamento do sensível e do “sentidor” (*sentant*) ocorre quando um objeto, um território, um monumento, um grupo social me afeta, tocando o meu ser. Nestes termos afetar e ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005) pelas paisagens contribui para romper com a “separação esquizofrênica entre o homem e o seu meio” (SANSOT, 1983, p.59), pois “o dado de um sentido se situa igualmente a um nível mais elementar, numa ocorrência no plano do sensível”, uma vez que “um sentido, aquele que induz em mim certa prática, este que eu posso falar e que me fala, do mundo retido em mim e que de mim-mesmo modula uma parte do meu meio”, constitui desde uma “retórica deambulatória” um caminho profícuo para a elaboração de um “paradigma da narrativa urbana” (SANSOT, 1983, p. 48-59), onde as paisagens trazem consigo a potência das imagens que giram, neste caso, em torno de uma experiência civilizacional com complexas modulações na Amazônia.

É a partir deste universo de transformações, tanto das mentalidades quanto das sensibilidades presentes no mundo urbano de Belém na virada do XIX para o XX, que busco refletir sobre a presença do Bosque Rodrigues Alves, entendido como um elemento importante nas figurações urbanas do período, ou ainda, na presença de um bosque urbano em pleno fausto da borracha, quando ocorriam os *promenades* pelos jardins edificadas na *Belle Époque*.

Neste sentido há um rico acervo iconográfico, especialmente em relação às imagens fotográficas, pinturas e cartões postais que datam da segunda metade do XIX e da primeira metade do século XX, representando as paisagens do, então, Bosque Municipal do Marco da Légua e, mais tarde, Bosque Rodrigues Alves (a partir de dezembro de 1906), com ou sem a presença humana. As imagens em questão nos auxiliam a compreender as práticas e as formas de sociabilidade relacionadas aos passeios e ao gosto pelas interações sociais em meio à vegetação luxuriante pertencente a um resquício de floresta úmida de terra firme em plena urbe em expansão.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Conforme o Histórico do Bosque Rodrigues Alves (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p.61): “A área verde reservada à implantação do Bosque, criada através da Lei nº. 624, de 22

As paisagens do bosque são reconfiguradas a partir dos cânones do paisagismo francês. A inspiração para isso encontra-se no *Bois de Boulogne*, sendo a versão amazônica concebida como uma “réplica tropical” do parque parisiense. O Barão do Marajó exercerá papel fundamental neste primeiro momento, pois as suas andanças pela Paris reconfigurada pelas intervenções haussmannianas servirão de influência para a construção de um cenário romântico, bem ao gosto da época e que seguirá sob a égide do futuro intendente Antônio Lemos, em pleno arrabalde do Marco da Légua.

A área de 15 hectares experimentará modificações significativas e manejos que remodelarão as suas feições eminentemente selváticas, de maneira a edificar um conjunto de paisagens que mesclam o rústico às construções modernas e civilizadas. Todavia, esta modernidade aplicada às paisagens estará revestida de inspirações românticas, porque voltadas ao deleite estético das famílias e cidadãos de bom gosto em busca de espaços de lazer e de refrigério, evocando certas imagens idealizadas do selvagem numa Belém em franca expansão. Hugo Segawa (1996, p.206) cita o Major Antonio Marques de Carvalho, que em 1903 menciona o seguinte sobre o contexto em que o Bosque Municipal emerge nas paisagens urbanas:

Notemos, em primeiro lugar, ser o Bosque um dos mais vastos e higiênicos próprios públicos de Belém, ocupando o coração de um bairro novo, todo rasgado por largas avenidas e espaçosas estradas, verdadeiro *faubourg* elegante. Nos últimos anos têm sido construídas, nesse arrabalde, as mais vistosas edificações particulares, dotadas das disposições mais adaptáveis às exigências do clima e as quais externam, ao mesmo tempo, ora as fachadas mais pitorescas, ora as mais arquitetônicas que existem no ativo predial da cidade. Um relance d’olhos sobre as mais recentes construções da avenida Tito Franco e cercanias do Bosque poderá corroborar o nosso asserto referente ao alegre e salubérrimo bairro do Marco da Légua.

As intervenções técnico-culturais buscarão remodelar a área verde de maneira a imprimir-lhe certa aura civilizadora, que evidencia a prática de domesticação das paisagens daquele espaço florestal, aliando conhecimentos de engenharia, de arquitetura e de paisagismo.<sup>6</sup> O gesto humano remodelador das paisagens com forte ênfase nos elementos naturais acaba por redefinir o lugar da natureza pela ótica burguesa dos *promenades* e da

---

de setembro de 1870, e sancionada pelo Governo Provincial do Grão Pará, na pessoa de Sr. Abel Graça, foi destinado pela Câmara Municipal, situado nos limites da área urbana de Belém, na confluência dos 5º e 6º distritos, que determinava a figura e extensão de um terreno destinado para esse fim na Estrada de Bragança. Por isso ficou conhecido como Bosque do Marco da Légua”.

<sup>6</sup> O Bosque à época recebeu um “conjunto de obras urbanísticas implementadas pelo Intendente Antônio Lemos, [quando] o Bosque Municipal passou por profundas reformas e adaptações, iniciadas em 1900, sendo reinaugurado em 27 de setembro de 1903”. (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p.64)

configuração de paisagens de poder (ZUKIN, 2000), engendrando vistas hibridizadas, onde natureza e cultura se confundem, gerando, por isso, formas paisagísticas novas.

Nestes termos, “o novo paisagismo” realizado no bosque belenense seguiu a lógica das “cidades-jardins”. As transformações executadas abarcaram o arruamento por entre a massa arbórea e o espaçamento para disposição de gaiolas importadas para a fauna exótica, bem ao gosto das *menageries* que moviam grandes públicos em diversas partes do mundo; a construção de lagos com pontes e grutas artificiais<sup>7</sup>, jardins e quiosques, além de espaços livres para o lazer e a diversão das gentes. De acordo com o Histórico do Bosque Rodrigues Alves (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p.64).

[...] a área foi dividida em quatro setores, recebendo aterros com areia e seixos além de saneamento e arruamento assimétricos de toda a mata. Foram ainda construídos riachos, lagos, cascatas, pavilhões para música, o famoso quiosque chinês e o jardim zoológico, cujos viveiros em ferro foram importados da Europa, sendo postos em funcionamento a partir de 1904, para abrigar pássaros, aves e outros animais. Foram ainda instalados diversos jogos de campo.

Se recuperarmos as afirmações de Geraldo M. Coelho (2012), já referidas neste artigo, quando o autor ressalta o papel dos “jardins, *locus* por excelência dessa urbanização triunfalista e discriminatória”, pode-se perceber que a política de Antônio Lemos associada à de Augusto Montenegro, instaura “paisagens de poder” que destacam a perspectiva civilizatória levada a cabo tanto no município quanto no Estado, como fica claro quando se pensa na inauguração no interior do Bosque Rodrigues Alves, em 1906, mais especificamente na chamada “Clareira do Congresso”, de um monumento votado à comemoração ao Congresso dos Intendentes Municipais do Pará, realizado naquela local em 1903. A monumentalidade da cidade-jardim é um marco civilizacional na Belém da *belle époque*, instituindo locais específicos que demarcam os lugares praticados pelas elites locais, reafirmando as assimetrias socioeconômicas e culturais que, de forma diversa, se desdobram na contemporaneidade.

<sup>7</sup> “A construção de grutas e elementos ornamentais – com insólitas associações de formas humanas, animais e vegetais -, que utilizava geralmente pedras e conchas unidas com argamassa, teve uma longa tradição nos jardins desde a Antiguidade clássica. Na França, essa arte decorativa, também chamada de ornamentação rústica, surgiu no século XVI, mas as palavras *rocaille* e *rocailleux* (que indicava a prática e o praticante, respectivamente) só entraram em uso no século seguinte” (DOURADO, 2011, p.50).

## *Patrimônios, paisagens étnicas e identiárias*

A leitura do trabalho de Llorenç Prats (1997) sobre o fenômeno da patrimonialização indica que o chamado patrimônio, além de uma construção social - ligada aos interesses e critérios estabelecidos pelo Estado-nação - também é uma “invenção” que fortalece identidades. Ambas as instâncias, todavia, não aparecem como antagônicas para o autor, constituindo-se como “fases complementares” do processo de legitimação do bem patrimonial, entendido como elemento representativo de um grupo social e de seu território. Essa dinâmica, por sua vez, mobilizaria certas idealizações, delineando artifícios e estratégias de conservação de certos “bens culturais” considerados relevantes para determinada sociedade, a partir das intervenções de *experts* e dos “agentes do campo do patrimônio” (LEWGOY, 1992). A conservação do patrimônio, desta forma, aponta para a sua importância como suporte à memória e à identidade (HERZFELD, 1991; PRATS, 1997, p.10).

A existência de um consenso em torno da ideia de patrimônio implica, necessariamente, considerar determinadas imagens relativas às identidades étnicas e seus referenciais de pertença a dado território, ou contexto geopolítico. Há um acervo de imagens simbólicas que veiculam tais expressões identitárias e de pertença conformando a sacralização<sup>8</sup> de certos objetos com valor histórico-cultural; lugares com forte acento “natural”; práticas e saberes ditos populares e edificações, dentro da perspectiva conservacionista de uma política patrimonial do Estado-nação.

Prats, desde uma antropologia do patrimônio, menciona a “nebulosa” existente em torno da noção de “patrimônio”, que, neste caso, reverbera na polissemia indicada por Chagas (2007) quando analisa o conceito.<sup>9</sup> A partir daí, para pensarmos o adensamento desse nevoeiro, seria necessário revelar o jogo complexo das identidades na arena social em que determinado patrimônio faz sentido. Trata-se, assim, de tentar perceber as interações presentes no campo das negociações que concorrem no processo de criação e gestão patrimonial, portanto, de considerar as imagens vinculadas a “museus, folclore, patrimônios e reivindicações identitárias” (PRATS, 1997, p.10) movendo-se ao sabor dos ventos políticos e “tendências” de patrimonialização. Além disso, é preciso ter claro a sua proximidade com o fenômeno turístico e a importância que esse setor detém no fluxo de imagens ligadas ao

<sup>8</sup>A “autenticidade aurática” de um artefato cultural ou paisagem histórica de um povo tende a manifestar qualidades representativas do território-nação. O caráter patrimonial que a mesma detém, vincula-se a sua originalidade, bem como a sua “relação orgânica com o passado e com uma tradição” (LEWGOY, 1992, p.96-9).

<sup>9</sup> Mário Chagas (2007) já chamou a atenção sobre a multiplicidade de sentidos que a noção de patrimônio abarca. José Reginaldo Gonçalves (2005) menciona a capacidade do patrimônio, através de suas agências, produzirem ressonâncias no mundo social. Silveira e Lima Filho (2005) propõem abordagens mais sensíveis para a complexidade do tema do patrimônio, que considere a “alma nas coisas”. Note-se que não é meu interesse neste artigo analisar a categoria patrimônio, ainda que eu tenha em mente a existência de vasta e heteroclita produção sobre o tema no âmbito nacional e internacional. Primeiro porque este não é o foco do mesmo; segundo, pela óbvia falta de espaço para cotejá-la. Não se trata, portanto, de refletir sobre a categoria, mas de operar com ela de acordo com as reflexões que me proponho realizar.

lazer<sup>10</sup> e a capitais financeiros, criando, por vezes, uma “confusão entre o econômico e o cultural” que parece ser o reflexo da nebulosa.

A ideia de patrimônio (municipal, estadual, nacional; da Humanidade) está intimamente vinculada ao mercado turístico, ao “turismo cultural” e, nos últimos tempos, às experiências como o ecoturismo ou turismo ecológico, onde o chamado “patrimônio natural” enquanto algo “autêntico” constitui certa expressão paisagística – uma paisagem cênica - de determinado grupo étnico, revelando-se um atrativo turístico. Assim, trata-se de um conjunto de patrimônios que instiga o desejo de evasão, especialmente quando se pensa nas paisagens imaginadas e veiculadas pelas mídias.

A experiência lúdica e de enriquecimento cultural mediante a relação do estrangeiro com a cultura do *Outro* é vivida pela abertura à viagem, pela possibilidade de adentrar as paisagens do *Outro*, que são, por certo, o seu território. Tal desprendimento traz consigo a perspectiva inquieta do olhar turístico culturalmente aprendido que, ao selecionar cenários e formas culturais capazes de instigar o olhar fotográfico (URRY, 1992), lançam-se aos cenários de consumo visual.<sup>11</sup>

É neste sentido que a categoria patrimônio enquanto uma idealização está atravessada por tensões dissimuladas, ou conflitos explícitos. Os dilemas em torno dos processos de patrimonialização podem variar amplamente, de acordo com o contexto sociopolítico em que ocorrem, seja pela hipervalorização de certas paisagens cênicas voltadas ao consumo turístico e que se ligam, por vezes, a processos de gentrificação em detrimento das vivências cotidianas de seus habitantes (MIRANDA, 2006; LEITE, 2007); ou pelo fato de que as políticas patrimoniais ao colocarem em prática estratégias de gestão, sob a forma de leis e de medidas voltadas à conservação, desconsideram, não raro, os seus usos cotidianos.

---

<sup>10</sup>O turismo poderia ser entendido aqui, como fenômeno cultural que envolve um conjunto de práticas diversas de lazer, constituindo-se de formas de experienciar a evasão através dos deslocamentos dos sujeitos no espaço. Ele se nutre da dialética das imagens e da profusão de signos que movem as aparentes oposições entre tradicional e moderno (BAUDRILLARD, 1985; BURKE, 1989), rural e urbano (WILLIAMS, 1989), cultura popular e cultura erudita (CANCLINI, 1997; PRICE, 2000a).

<sup>11</sup>Sobre o estrangeiro ver Simmel (1983). As reflexões de Richard Price (2000a, p.65), a partir de suas pesquisas sobre a memória na Martinica, são instigantes para o debate que proponho. Segundo o autor: “Eu diria que estamos testemunhando algo que pode ser chamado de ‘a folclorização do colonialismo’, ou ‘a transformação do passado em cartão postal’”.

## *O Bosque Rodrigues Alves enquanto uma paisagem patrimonial polissêmica na urbe amazônica*

O Bosque Rodrigues Alves persiste na paisagem patrimonial contemporânea de Belém como um superartefato - *superartifact* - (CHANG, 1992, p.70) que ocupa uma quadra inteira do bairro do Marco, sendo este um dos arrabaldes mais movimentados da metrópole paraense. Desta maneira, a área verde urbana figura na paisagem sob a forma de uma insula em meio às edificações e avenidas, entre a intensa poluição sonora e os escapamentos oriundos dos automóveis que se deslocam continuamente no seu entorno.

Os muros edificados na *belle époque* definem os seus limites em relação à agitada vida urbana que vibra ao seu redor e que traduz, em parte, a heterogeneidade cultural (VELHO, 1994) presente no mundo urbano belenense. Na realidade, a murada em questão delimita um conjunto paisagístico complexo, constituído de elementos históricos que representam valores artístico-culturais e ecossistêmicos altamente relevantes para a Belém atual, uma vez que comporta amostras de componentes tanto de uma época de riquezas que a cidade viveu, quanto de um fragmento da floresta amazônica que existiu outrora na região – algumas árvores com idade aproximada de 800 anos -, e que escasseia a olhos vistos. Portanto, “o bosque” – como é comumente chamado pela população - associa patrimônios diversos entre si, e cujas significações o tornam um espaço polissêmico na metrópole amazônica.

Ora, apontar a complexidade do “bosque” é tomá-lo como um problema epistemológico amplo, principalmente quando se pensa a simbólica das imagens que convergem nele, animando-o ao longo do tempo, a qual se desdobra em distintas significações para e na vida cidadina, o que suscita o esforço de pensá-lo mediante as relações que se dão no âmbito de uma *natureculture* (FUENTES, 2010), a fim de contribuir para a superação de visões dicotômicas entre os chamados patrimônios natural e cultural, de modo ampliar as convergências entre os diversos agentes que configuram as paisagens praticadas do lugar, sejam eles humanos ou não.

O Bosque emerge no corpo citadino enquanto um espaço de sociabilidade que propicia a aproximação entre humanos e não-humanos no contexto urbano, pois a área verde constitui-se de um cenário que mescla o constructo humano e o selvático, revelando um quadro dinâmico e pitoresco da Amazônia que se modernizava em plena *Belle Époque* tropical. Ele articula representações de natureza; taxonomias botânicas e zoológicas; passagens e monumentos de época sob o olhar dos amantes das paisagens e dos jardins, persistindo no contemporâneo como lugar de evasão dos habitantes da urbe e de conservação da biodiversidade urbana.

O Bosque Rodrigues Alves foi tombado como Patrimônio Municipal da Cidade de Belém<sup>12</sup>, devido as suas qualidades estéticas e ecológicas. É preciso destacar que ele associa duas formas distintas, mas complementares de atribuições patrimoniais, em torno das quais orbita uma série de representações e de valores que indicam a relevância de sua presença na metrópole amazônica.

Em primeiro lugar o reconhecimento de sua importância paisagística deve-se ao fato de que agrega práticas de ajardinamento a elementos da biodiversidade amazônica, constituindo-se em um *jardim histórico* que retrata visões de mundo e gostos relativos à *Belle Époque* paraense, que preservou parte da vegetação original existente na área. A sua importância patrimonial reside desta forma, no fato de que detém um conjunto de bens arquitetônicos com significativo valor estético e benfeitorias herdadas do efêmero período do fausto do látex, o que lhe confere os qualificativos para ser considerado um *jardim de importância histórica*.

O Bosque, se ponderarmos sobre a sua composição paisagística, incluindo os seus construtos/trajetos, pode ser compreendido como um grande artefato que ocupa uma quadra inteira do bairro do Marco. Ele associa o gênio humano, neste caso, voltado à construção de paisagens por intermédio das suas ações técnico-culturais edificadoras e planejadoras de formas e coisas, às agências não-humanas vivas (o biodiverso) considerando-se a historicidade que seria inerente ao seu devir no tempo, de maneira persistir como um dos expoentes bioculturais do mundo urbano belenense contemporâneo.

Por outro lado, é necessário ressaltar que a sua existência como patrimônio municipal, ampliou-se ainda mais a partir do momento no qual foi transformado em Jardim Botânico<sup>13</sup> – recebendo, em 2002, a pretensiosa denominação de “O Jardim Botânico da Amazônia” –, devido ao rico acervo de plantas que resguarda. Desde 1946 o ICOM (*International Council of Museums*) definiu que os jardins botânicos são museus, neste caso, museus a céu aberto. O Bosque, desta maneira, é um amplo espaço que ostenta a sua coleção botânica para a apreciação do público que frequenta a área verde urbana em busca de conhecimentos e de lazer.

O Bosque Rodrigues Alves, enquanto instituição voltada à conservação da biodiversidade, atualmente permanece sob a administração da Secretaria Municipal de Meio

<sup>12</sup>“O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bosque Municipal Rodrigues Alves foi tombado pela Lei Estadual nº. 4.855 de 03.09.79, alterada pela Lei nº5. 629 de 20.12.90, a qual dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará, Tombos N<sup>os</sup>. Um e três, Processo nº. 0505/81 de 16.03.81, publicado no DOE de 01.11.82. Ressalta-se que o Tombo no nível da esfera municipal data 18.05.94”, conforme Histórico do Bosque (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p.81).

<sup>13</sup> Note-se que o seu registro depende do cumprimento de uma série de exigências contidas na Resolução CONAMA nº 399/2003, a qual dispõe basicamente sobre quadro de recursos humanos técnico-científicos disponíveis, infraestrutura adequada, pesquisa e educação ambiental. (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p.83).

Ambiente (SEMMA). A área verde urbana recebeu da Rede Brasileira de Jardins Botânicos o registro provisório de Jardim Botânico da Amazônia, restando na categoria “C”, o que lhe confere o estatuto de ser uma coleção de plantas vivas, e como decorrência, a responsabilidade de promover saberes acerca da flora amazônica, visando à conservação das espécies do bioma que ocorrem, especialmente, em um dos bairros mais urbanizados da metrópole.

Um jardim botânico como o “Bosque”, na realidade é um arranjo ecossistêmico de elementos constitutivos das paisagens regionais, onde a fauna de vida livre, de acordo com suas exigências, ocupa nichos específicos. Ora, o “Bosque” além de possuir rica e diversa vegetação possui em seus espaços a presença de animais (vertebrados e invertebrados) característicos da Amazônia que, levando-se em consideração a dinâmica das extinções locais, têm ali um de seus refúgios em plena urbe. Portanto, a sua presença é relevante para a conservação do patrimônio zoológico urbano.

No entanto, as suas complexidades não encerram aí. Desde a sua fundação a área verde resguarda em seu interior um pequeno, mas representativo Jardim Zoológico<sup>14</sup>, onde mantém uma coleção de espécies da fauna da Amazônia brasileira em cativeiro. Todavia, ele tem sofrido alterações e descasos ao longo do tempo diante das vicissitudes políticas<sup>15</sup> municipais. A área em questão apresenta grande valor em termos patrimoniais no que se refere ao seu valor biocultural no contexto belenense, principalmente pelo fato de possuir rico patrimônio biótico e edificado, pois além de desempenhar um papel relevante quanto à conservação da biodiversidade regional (*in situ* e *ex situ*), apresenta em seu interior um conjunto de monumentos e edificações (incluindo-se os próprios recintos dos animais) relativos ao final do XIX e a primeira metade do século XX.

A partir daí, pensar o “Bosque” como um patrimônio da cidade de Belém, diante da polissemia que aciona, implica penetrar em um debate que supere certas dicotomias e sentidos comuns em torno do bem patrimonial, para adentrarmos nas complexidades inerentes às paisagens como construções/representações humanas que resituam o próprio lugar do humano e dos não-humanos (vivos ou não), quando se considera as suas agências no *corpus* da urbe.

---

<sup>14</sup>“Em 2008 o Jardim Botânico recebe o registro provisório de zoológico”. Lei nº 7.173/83 TAC – Termo de Adequação e Conduta em 11 de março de 2005, cumprimento das Instruções Normativas 03/2001, 02/2002 e 04/2002”. (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p.83).

<sup>15</sup> Ao longo de sua história o Bosque Rodrigues Alves está marcado pela constante oscilação entre períodos de expansão e de pujança, e aqueles que revelam o desinteresse e o abandono por parte das políticas públicas municipais.

## *As várias dimensões de um jardim: o “Bosque” como um fato social total*

As complexas e interessantes relações entre essas diferentes dimensões em torno da ideia de jardim que convergem na imagem do “Bosque”, configuram as suas paisagens, com seus lugares amplamente praticados pelos visitantes, especialmente aos domingos, quando famílias – em sua maioria pertencente às classes populares paraenses - realizam a visita ao local e exercem as mais diversas formas de sociabilidade.

Sendo assim, uma reflexão mais detida sobre o Bosque a partir da perspectiva que avalia suas dimensões simbólico-práticas no campo patrimonial, implica sopesar o papel que desempenha nos “ritmos da vida” (BACHELARD, 1988, p.78-80) que pulsam na cidade. Ele, sendo uma paisagem coexistencial interespecífica altamente praticada, reflete a “consciência de construir” humana, reconfiguradora do meio existencial pela relação entre gestos e artefatos, de maneira a conviver e permitir agências não-humanas vivas presentes na cidade com os humanos e seus constructos.

Tais interações se dão no âmbito de uma ecosofia (GUATTARI, 1990) de caráter dinâmico e evocadora de “uma ritmanálise da função de habitar” (BACHELARD, 1988, p.78), própria à vida vivida, articulando ecologias mentais, sociais e ecossistêmicas. Ou seja, os ritmos de uma cíclica estacional, por exemplo, repercutem tanto na psicologia quanto nas memórias sociais dos habitantes, além do mais, as paisagens urbanas – e as do bosque em especial - transformam-se de acordo com a sazonalidade, com as dinâmicas ecossistêmicas que envolvem os elementos vivos que nela habitam. Para atingir a fluidez dos ritmos é preciso que o etnógrafo convoque o sensível, como aponta Sansot (1983, p.12), a fim de poder acessar desde os estudos topológicos, as relações e as posturas de vários seres na espacialidade de lugar, entendido como o “lugar de eleição do sensível” (SANSOT, 1983, p.20), o que significa ponderar o seu devir no tempo.

O ato humano de construir, como meio de agenciar e/ou como uma forma de consciência de si no mundo, mas, também, de relação com as coisas presentes nele, além de estetiza-lo, configura paisagens de pertencimento com o meio físico/arquitetônico, onde o humano ao habitar<sup>16</sup> e praticar os lugares se efetiva como ser neste mesmo mundo (MAFFESOLI, 1994; HEIDEGGER, 2012; BACHELARD, 1988; CERTEAU, 1994).

Se, como indica Maria P. Leite (2011), a arquitetura comunica uma série de valores e visões de mundo, ao mesmo tempo em que desempenha certas funções na vida humana, sejam elas na urbe ou não, ela também nos auxilia a “refletir sobre a paisagem”. Sendo assim

---

<sup>16</sup> Sobre o tema do “habitar” ver Tilley (1994) e Ingold (2000).

“intervir sobre ela [a paisagem] supõe organizar seus elementos com a mediação de uma ideologia que marca, no tempo, os valores culturais da sociedade” (LEITE, 2011, p.61-63), pois revelam, entre outras intervenções, as marcas da grafia que, por sua vez, já indicam as interpretações humanas (ou das culturas) inscritas nos espaços que duram no tempo – por isso, abertas a outras interpretações -, questões indicadas por Berque (1998), quando se refere às paisagens-marcas deixadas pelas agências humanas que, todavia, aproximando-se de Geertz (1989) seriam, também, paisagens-textos.

Ora, uma arqueologia da memória no contexto amazônico, e para o caso deste estudo, no mundo urbano belenense, sugere a reflexão acerca dos seus “espaços de representação” e de celebração (MAFFESOLI, 1994) relacionados à manutenção das chamadas áreas verdes – parques, hortos, jardins e praças – e que por isso mesmo, revelam-se *meio* (*locus* de interação e processo como evidencia Maffesoli; marcas e textos) do humano em relação com os espaços ao longo do tempo. E é neste aspecto que o jardim – com a sua multivocalidade simbólica e suas camadas de memórias – nos informa acerca das trajetórias e escolhas relacionadas a um processo civilizador assentado na zona equatorial amazônica.

A partir daí, uma leitura sobre os jardins históricos, ou ainda, dos jardins de interesse histórico<sup>17</sup>, como apontam as reflexões de Inês Andrade (2008, p.138-143), indicam que tais construtos – e aqui penso, obviamente, no “Bosque” - apresentam “significação cultural” para determinada sociedade, devido a sua importância contextual em termos históricos e artísticos, levando-se em consideração, ainda, de acordo com a autora, os seus “laços com o patrimônio natural”. Tais dimensões da *vida* de um jardim-bosque, como é o caso do Rodrigues Alves, quando percebido enquanto “coisa” cujas agências têm desdobramentos diretos sobre a “qualidade de vida na cidade”, revela-se uma questão central, principalmente ao pensarmos na sua existência como patrimônio histórico-cultural que resguarda alta biodiversidade urbana.

Portanto, a noção de “fato social total”, cara ao pensamento de Marcel Mauss (1974) pode ser aplicada ao Bosque Rodrigues Alves, como o fez Xerardo Lages Picos (2001) para os bosques da Galícia, ou José Reginaldo Gonçalves (2005) quando menciona a categoria patrimônio como tal. No caso do “Bosque”, trata-se de concebê-lo pela perspectiva de um “fato social total”, como, também, daquela de um “lugar de memória” (NORA, 2009), “espaço instituído” (SANSOT, 1983) de enorme significação memorialística e patrimonial para o corpo da metrópole amazônica, tanto pela simbólica que encerra quando se pensa a sua relevância sociocultural – sendo capaz de evocar imagens do passado que duram e contrastam no/com o presente -, como pelo que representa se consideramos a conservação da biodiversidade urbana. Apresenta-se, desta forma, como um dos bens patrimoniais mais

---

<sup>17</sup>Andrade (2008, p.139) apresenta a definição de jardim histórico, qual seja: “Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e horticultural de interesse para o público do ponto de vista histórico e artístico”

admiráveis no cenário citadino e um elemento paisagístico de fundamental importância para as feições do bairro que o abriga.

### *Paisagens, ou para além da paisagem cultural*

As minhas objeções em relação ao termo “paisagem cultural” já foram esboçadas em trabalhos anteriores (SILVEIRA, 2004, 2009), no entanto, retomo a discussão tentando ampliá-la a fim de contemplar questões referentes ao Bosque Rodrigues Alves.

Parto da perspectiva de que a noção de paisagem cultural é uma tautologia. Para apoiar as minhas argumentações – e aqui me inspiro, parcialmente, no interessante artigo de Name (2010) – penso que primeiramente é preciso ver no termo uma herança, datada, de certa geografia cultural influenciada pela perspectiva boasiana de cultura. Portanto, muito mais preocupada com uma crítica ao determinismo, ao mesmo tempo em que se volta à morfologia das paisagens e a economia dos grupos humanos – relacionadas aos usos do meio pelas sociedades estudadas. Obviamente, que perspectivas mais contemporâneas ligadas à chamada Nova Geografia Cultural, como as de Cosgrove (1998) e Berque (1994), por exemplo, vão muito além dessa visão, pois se debruçam sobre os jogos de poder relacionados às paisagens e as suas dimensões simbólicas quando se pensa nas interações humanas com o ambiente.

Se há uma polissemia quanto ao conceito de paisagem, note-se que o de cultura não se apresenta menos problemático e diverso. Sendo assim, tanto paisagem quanto cultura, dependendo do ponto de vista de quem as percebe anunciam tensões e assimetrias, que em termos de políticas patrimoniais podem engendrar espaços de poder sobre as paisagens do *Outro* pelos agentes do campo do patrimônio, especialmente pela “chancela” de paisagens caras ao Estado, em termos ideológicos e, como desdobramento, sob a ótica da propaganda turística como expressão de um capitalismo “devorador” de paisagens.

Da noção de paisagem cultural, penso eu, devemos resguardar a ideia de “marca” herdada do pensamento de Sauer (1998), e aquela vinculada a Boas que intenta uma ruptura com o evolucionismo unilinear, e o consequente avanço quanto à ideia de caminhos/opções distintas pelas sociedades que veiculam *culturas*, todas elas passíveis de entendimento pela via do relativismo. A esta última perspectiva aproximo a do pensador cubano José Lezama

Lima (1988), que sugere ser a noção de paisagem algo redutor, portanto, segundo o autor seria melhor sempre falar em *paisagens*.<sup>18</sup>

Lezama Lima é ainda mais radical em suas posições quando afirma que a noção de paisagem corresponde a de cultura, pois a ideia de paisagem é por si só a manifestação de uma experiência cultural, reunindo agências e abstrações humanas com o contexto em que elas fazem sentido. Não se trata, portanto, de pensar as paisagens como externas ao humano, pois desde um paradigma hologramático (MORIN, 1997) elas estão tanto dentro quanto fora dele e vice-versa, dependendo da visada que se lança a ambos. É preciso pensá-los recursivamente, uma vez que os dois ao se ligarem-em-separado – para usar a expressão de Maffesoli (1987) - conformam diferenças coligadas, de modo a se constituírem como devir no mundo.

É preciso deslocar o tema da tautologia da paisagem cultural para o plano processual, que inclui o humano não apenas como agente, mas como dimensão de sua epifania, uma vez que ele *é* a paisagem. Nestes termos, aproximo-me da ideia de que ele afeta e é afetado pelas paisagens, indicada noutro contexto por Favret-Saada (2005), com a ressalva de que a sua pertença a determinadas paisagens é muito mais complexa que isso. Além do mais toda e qualquer paisagem – seja ela dita “natural” ou não; ou o nome que se dê a esta imagem/ideia/sentimento entre sociedades diversas - é um fenômeno de cultura(s), fruto das hermenêuticas humanas e, quiçá, de suas intervenções sobre/com os não-humanos, que podemos agregar com as noções de meio e de ambiente.

Para mim a noção de paisagem cultural é problemática pelo teor redundante e pelo acento no cultural, que mal disfarça a hegemonia humana sobre o não-humano. Trata-se muito mais de conceber a presença humana *com* a não-humana (HARAWAY, 2010; FUENTES, 2010) configurando as paisagens, onde o construto humano como artefato é tão válido quanto a montanha, o ninho do pássaro, ou a floresta secundária que avança em um terreno abandonado pela ação humana. No meu ponto de vista, não é possível considerar a existência da capela tal, erigida a não sei quantos séculos senão na relação com o falcão peregrino que a sua torre regressa sazonalmente – talvez a espécie o faça há séculos - e os humanos que a praticam para os seus rituais. Por outro lado, também apresenta problemas pela pretensa lógica de conservação que elege certas paisagens como “culturais”, enquanto que outras não o seriam – ou, tão patético quanto, elege umas como “naturais” enquanto outras estão excluídas.

Como tentarei deixar claro mais adiante, a ilusão de superar a cisão entre cultura e natureza, que reificava as constantes reduções em torno das noções de patrimônio, a partir

---

<sup>18</sup> Cristopher Tilley (1994, p.10) afirma que não há espaço, mas espaços – socialmente construídos e resultantes das agências humanas, por isso, relacionados às práticas cotidianas individuais ou coletivas. Conforme o autor: “They are meaningfully constituted in relation to human agency and activity”.

da categoria de pensamento paisagem cultural, mostra-se equivocada, simplesmente, por uma questão epistemológica.

Há uma série de pensadores que advogam pela aplicabilidade da noção de paisagem cultural como uma ferramenta para pensar e legislar acerca do patrimônio alheio (do sertanejo; do boiadeiro; do pampeiro, e assim por diante), tomando-o como um patrimônio da nação. No documento do IPHAN (2009), intitulado Paisagem Cultural (assim mesmo, no singular), as imagens lindamente registradas pelo olhar fotográfico romantizam as paisagens do *Outro*, elas emergem a partir da missão institucional (civilizadora e salvacionista), que busca proteger a Paisagem Cultural Brasileira<sup>19</sup> (novamente no singular), através de um “novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro” (IPHAN, 2009, p.14) que institui a “chancela” sobre tais paisagens, afinal:

O Brasil reúne riquezas culturais e belezas naturais únicas. É dever dos brasileiros proteger a riqueza e a diversidade desse patrimônio. A chancela da Paisagem Cultural é um instrumento criado para promover a preservação ampla e territorial de porções singulares do Brasil.

Trata-se de uma “inovação”, pois a Chancela da Paisagem Cultural visa proteger a paisagem mediante

uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão.

A chancela é, portanto, regida por um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, resultando em uma gestão compartilhada de determinada porção do território nacional.

É este pacto que dá origem ao Plano de Gestão, onde devem estar planejadas todas as ações voltadas à preservação dos valores que levaram determinado lugar a ser reconhecido como uma Paisagem Cultural Brasileira. Caso os integrantes não cumpram com as determinações, e se as características da paisagem forem degradadas ou perdidas, o órgão responsável, no caso o Iphan, tem a função de cancelar a chancela. (IPHAN, 2009, p. 18).

---

<sup>19</sup> O órgão federal defende a seguinte noção de Paisagem Cultural Brasileira: “é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p.14).

A questão que me parece intelectualmente difícil de lidar neste campo, tem a ver também com a perspectiva de certos profissionais, que tomam as decisões e normas instituídas pelas tantas cartas, produzidas em diversas cidades onde os encontros entre intelectuais do campo patrimonial ocorreram, como sendo a verdade do patrimônio. Ora, tais decisões epistolares nem sempre estão de acordo com a vida vivida onde as suas deliberações devem ser aplicadas como sugestões, quiçá como base para as leis.

Em seu artigo Marcela Araújo Vasconcelos (2012, p.52) menciona a importância de que as abordagens relativas ao patrimônio levem em consideração a interdisciplinaridade. Concordo com a autora, mas ressalto as dificuldades quanto aos possíveis diálogos disciplinares e os jogos de poder inerentes ao campo e as instituições de fomento à conservação patrimonial, o que torna difícil, quando não, improvável, ações para levar a cabo tal aposta.

Se a noção de “paisagem cultural ganha força”, como indica, por “questiona[r] o monumento isolado”, o conceito, epistemologicamente, continua reforçando a cisão entre campos disciplinares e certa perspectiva romântica ligada a ideia de paisagem cênica<sup>20</sup>, onde o homem é um componente externo da paisagem, por que apenas transformador de suas feições. Tenho minhas dúvidas de que o conceito em questão, “inaugura o fim da bipolaridade (mundial) em termos de conservação: cultural e natural”, uma vez que “as relações entre o construído e o natural passaram a ser vistas como uma unidade indissociável dotada de valor cultural”. Para o caso brasileiro, questiono: Quais os diálogos entre IPHAN e IBAMA (mas poderíamos ampliar para INCRA e FUNAI), no âmbito da gestão de uma paisagem cultural? Isto vale para os Parques Nacionais? Então, porque os moradores dessas áreas têm que ser deslocados? E quanto aos Sítios Arqueológicos, por que os moradores locais não podem colecionar os artefatos que encontram cotidianamente, quando preparam suas roças? Como patrimonializar as experiências simbólico-afetivas de um coletivo humano, que se articulam às práticas junto às suas paisagens de pertença, transformando isto em gestão a partir de certas determinações que impedem as mudanças daquilo que é dinâmico, sob pena de ter cancelada a chancela pelo órgão responsável? Qual é a medida da natureza e da cultura nestes casos?

Quando nos voltarmos aos problemas vivenciados no Bosque, percebemos que a sua presença no mundo urbano, até hoje, aponta para uma situação de instabilidade quanto às políticas de preservação de seus patrimônios, quanto à manutenção do seu corpo técnico e de sua infraestrutura – em relação às adequações e exigências de órgãos de fiscalização, como o IBAMA, e os impedimentos de tais modificações pelo IPHAN em função do tombamento, por exemplo -, bem como em termos das divisas destinadas a realização de

---

<sup>20</sup>“Torna-se necessário então a superação dos obstáculos epistemológicos que travam novas ações de preservação integradas e verdadeiramente bio-culturais. É urgente a efetivação de novas ações que não estejam mais presas a velha dicotomia Natureza/Cultura. Em nosso país, por exemplo, existem ministérios separados para Cultura e o Meio Ambiente” (CORRÊA, 2003, p.18).

serviços a contento com a posição que ocupa no mundo urbano, principalmente quando se pensa nele como um conjunto paisagístico único tanto no Estado do Pará quanto no país. Porque o diálogo entre IBAMA, IPHAN e SEMMA não se efetiva para lidar com tal “paisagem cultural”?

Cristiane Magalhães (2013, p.8-10), por exemplo, afirma que “a paisagem cultural apresenta-se como um dos desafios da preservação patrimonial do século XXI”, sendo ela “uma obra conjugada do homem e da natureza”. Posso concordar em termos com esta afirmação, pois no meu ponto de vista, o desafio está em superar a noção de paisagem cultural, de maneira a repensar a relação entre cultura e natureza por caminhos que recuperem sim, a noção de paisagem desde a perspectiva de que as paisagens sejam tomadas pelo que elas são enquanto fenômenos do ser em relação às coisas, transcendendo um patrimonialismo que assegura a proteção mediante um selo de qualidade, definido pelo saber técnico amparado em bases acadêmicas e legalistas, que nem sempre considera os saberes cotidianos dos que praticam as paisagens de pertença. Aliás, outra dificuldade, uma vez que o saber cotidiano dos “grupos populares” é justo o patrimônio imaterial.

Retomando a cidade, quando se trata de pensar o mundo urbano, note-se que a noção de “paisagens culturais urbanas” é ainda mais problemática. Se toda e qualquer paisagem é um fenômeno de cultura, por ser tanto o resultado de uma simbólica que a interpreta e/ou de agências que a transformam por parte do humano, a paisagem urbana é uma das expressões mais acabadas desse fenômeno. A cidade, enquanto construto humano é a sua paisagem por excelência.

Ao me filiar à etnografia da duração, proposta por Ana Rocha e Cornelia Eckert (2011), procuro pensar a cidade como um universo complexo e heterogêneo, cujas rítmicas temporais agenciam e colocam em tensão as suas camadas de memórias, sendo elas acessadas mediante a (con)vivência e o processo dialógico/exercício da escuta com (d)aqueles que a praticam cotidianamente, de maneira a lidarem com seus patrimônios. Nestes termos, quando narram sobre as suas relações com os patrimônios, ao fazê-lo, falam de si mesmos em relação às suas paisagens. Conforme as autoras:

[...] nosso interesse nos conduz ao estudo das formas múltiplas do viver a cidade, das experiências geracionais de continuidade e de descontinuidade nos ritmos citadinos de seus moradores que configuram as formas de sociabilidade, as crises, os conflitos, as expectativas e as motivações que unem a vida cotidiana dos habitantes entre si, as quais contribuem para a riqueza de sentido que comporta a vida coletiva nas modernas sociedades complexas.

A cidade e suas possibilidades interpretativas derivam de sua condição de unidade de ação para uma comunidade urbana, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, em múltiplos planos, expressão autoral de seus habitantes e condição existencial de um querer-viver coletivo (Maffesoli, 1979, 1985), não sendo, portanto, jamais reduzida a um mero

reflexo do somatório de suas ações, nem mera imitação de seus gestos e de cuja unidade narrativa o etnógrafo participa ao se colocar como leitor de suas tramas.

No plano das paisagens urbanas é possível pensar que a vida na cidade (os coletivos humanos relacionados entre si por suas “redes de significados” (GEERTZ, 1989) e, a partir daí com os não-humanos vivos, que se adaptam e jogam com tais condições) se coaduna com a vida da cidade (suas estruturas materiais/edificações e dinâmicas institucionais que agenciam), configurando processos recursivos e auto-organizadores que a tornam, sinergisticamente, um sistema complexo e variável – engendrando ordens e desordens que a reordenam continuamente -, o que define ecologias possíveis, mediante formas de experimenta-la material e simbolicamente, que serão sempre distintas de acordo com a sociedade que as agencia.

Ora, uma vez que a cidade, enquanto espaço das manifestações humanas revela-se um superartefato, que encerra tanto gestos quanto técnicas próprias às experiências civilizacionais definidoras de formas de urbanidade, aqui no sentido de viver e praticar a urbe sob a dinâmica das imagens simbólicas que conformam um “imaginário urbano” (CERTEAU, 1993), ela será sempre um conjunto de paisagens articuladoras de patrimônios heteróclitos. Portanto, não basta dizer que a cidade engendra “espaços simultâneos de *natureza* e de *cultura*”, como coloca Guimarães (2013, p.9-10), constituindo uma série de patrimônios naturais e culturais enquanto um “sítio misto”, porque continuamos reificando a cisão entre ambos. A questão é, desde o ecúmeno, ou do antropoceno, qual sítio não é misto?

As paisagens-jardins do Bosque são a decorrência das complexas interações interspecíficas humanas e não-humanas vivas, mediadas pela agência das coisas edificadas através da ação humana, portanto, tais paisagens mesclam o vivo e o não-vivo, numa dinâmica própria à ecossistêmica urbana. O biodiverso se entrelaça (por vezes, literalmente) as edificações históricas dispostas em um cenário onde a heterogeneidade cultural paraense se manifesta com força, diante das deambulações das pessoas pelas localidades dos seus espaços. Paisagens (con)fusionais onde a matéria viva convive em tensão com o inanimado, reconfigurados na existência vivificada do Bosque.

Tais paisagens abarcam elementos que, em conjunto dinâmico, constituem patrimônios bioculturais em processo. Para Alexandre Corrêa (2007, p. 245-246) a noção de patrimônio biocultural está ligada a “uma crise da autenticidade dos operadores, ou regimes de autenticação”, pois “da mesma maneira que no domínio da cultura, a questão da crise dos critérios da autenticidade está no centro dos debates no domínio da genética e da natureza”.

Não se trata aqui, nem de pensar o tema pelas biotecnologias ou pelos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, nem de pensa-lo a partir dos coletivos indígenas, como o faz Córdova (2012). Obviamente, que as questões que trago aqui, se

aproximam daquelas trazidas pelos autores, porém, ao voltar-me para as paisagens patrimoniais urbanas em relação íntima com o biodiverso, busco tomar a própria heterogeneidade cultural como um elemento desse processo em devir que são as paisagens. Nestes termos, humanos e não-humanos (vivos ou não) precisam ser entendidos como a expressão do sensível da vida vivida na urbe, cuja sinergia se efetiva na confluência aurática – neste caso, não de uma autenticidade aurática que busca a verdade do patrimônio – das paisagens como potência coexistencial no mundo, relativa à dinâmica do *imaginário urbano* quanto ao ato de habitar e ser habitado por suas imagens.

O “patrimônio verde público urbano” (ANDRADE, 2008, p.143) na cidade de Belém, escasseia paulatinamente à medida que a cidade verticaliza-se violentamente, colocando em evidência o dilema apontado por DaMatta (1993) acerca da visão de natureza no Brasil. A amamos tanto que a devastamos sem critérios. O Bosque Rodrigues Alves, por sua vez, como um desses conjuntos de paisagens presentes no país, traz consigo um rico patrimônio biocultural que ultrapassa a cultura, assim como a natureza, simplesmente porque as engloba gerando algo mais complexo. Para além de uma paisagem cultural, talvez devêssemos pensar no contemporâneo mais detidamente nas formas em devir de uma *natureculture* que, se resitua o lugar do humano, não o faz sem deslocar o *lôcus* dos não-humanos e, talvez, dos chamados patrimônios – e, porque não, de suas políticas - que constituem os acervos de memórias das nossas cidades.

## Bibliografia

AIROZA, L. O. *Cidade das Mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)*. Belém: Ed. Amazônia, 2010.

ALENCAR, Edna F. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. Belém, *Amazônica*, v. 1, n. 1, p.178-199, 2009.

ANDRADE, I. E-J. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. *Risco*, v. 8, n. 2, p.138-144, 2008.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: *ENCYCLOPAEDIA Universalis*. Paris, 1985. v.12, p.424-26.

BERQUE, Augustin (Dir.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Champ Vallon, 1994.

\_\_\_\_\_. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA. Histórico do Bosque Rodrigues Alves. Adaptação de Biblioteca Bosque Rodrigues Alves. Belém, 2005.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Europa, 1500-1800. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1997.

CERTEAU, Michel de. *La culture au pluriel*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em Questão*, Porto Alegre, v.13, n. 2, p.207-224, 2007.

CHANG, C. Archaeological Landscapes: the ethnoarchaeology of pastoral land use in the Grevena Province of Greece. In: ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. (Eds.). *Space, Time and Archaeological Landscapes*. New York: Springer Science & Business Media, 1992. p. 65-89.

COELHO, Geraldo M. Um espaço tensionado: a urbanização de Belém da *Belle Époque* da borracha. In: ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos (Org.). *Averso da paisagem. Percepção artístico-urbana e imaginário socioespacial*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012. p. 125-155.

CÓRDOVAL, Juan P. La disputa por el patrimonio biocultural. Un acercamiento desde Mesoamérica. In: PAREJA, M. C.; ROMERO, L. E. A. (Coord.). *Patrimonio biocultural, territorio y sociedades afroindioamericanas en movimiento*. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 17-36.

CORRÊA, Alexandre R. *Vilas, parques, bairros e terreiros*. Novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. São Luís: EDUFMA, 2003.

\_\_\_\_\_. Patrimônios bioculturais na hipermodernidade: a crise dos critérios de autenticidade. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Santa Cruz de Tenerife (España), v. 5, n. 2, p.343-251, 2007.

COSGROVE, D. E. *Social formation and symbolic landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: \_\_\_\_\_. *Conta de Mentiroso*. Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 91-123.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DOURADO, Guilherme M. *Belle Époque dos jardins*. São Paulo: Senac, 2011.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser Afetado". *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, n. 13, p.155-161, 2005.

FUENTES, Agustín. Naturalcultural encounters in Bali: monkeys, temples, tourists, and ethnoprimateology. *Cultural Anthropology*, Washington, v. 25, n. 4, p. 600-624, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLÇALVES, José R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.11, n. 23, p.15-36, 2005.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução de Maria C. F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

HARAWAY, Donna. *Manifeste des espèces de compagnie. Chiens, humains et autres partenaires*. Paris: Éditions de l'éclat, 2010.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 7. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2012.

HERZFELD, Michael. *A place in history. Social and Monumental time in a Cretan town*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

INGOLD, Tim. *The Perception of the environment. Essays livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000.

IPHAN. *Paisagem cultural*. Brasília: Coordenação de Paisagem Cultural, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>>. Acesso em: 28 set. 2013.

LAGE PICOS, Jesús A. *La construcción social del bosque y la cultura forestal em Galicia*. Tesis (doctoral) - Universidad de Santiago de Compostela, 2001.

LEITE, Maria A. F. P. Uma narrativa da paisagem. *Paisagem ambiente: ensaios*, São Paulo, v. 28, p.59-78, 2011.

LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

LEWGOY, Bernardo. *A Invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS, Porto Alegre.

LOWENTHAL, David. Past time, present place. Landscape and memory. *Geographical Review*, New York, v. 65, n. 1, p.1-36, 1975.

MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos - O Declínio do individualismo nas Sociedades de Massa*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. O poder dos espaços de representação. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 116, p.59-70, 1994.

\_\_\_\_\_. L'objet subjectif et l'ampleur des relations symboliques. *Sociétés*, Paris, v. 3, n. 101, p.23-31, 2008.

MAGALHÃES, Cristiane M. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, São Paulo, v. 15, p.7-26, 2013.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Mauro W. B. de Almeida e Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. v. 1, 2.

MIRANDA, Cybele S. *Cidade Velha e Feliz Luzitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UFPA, Belém, 2006.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E.; PINTON, F. *Faces do Trópico Úmido*. Conceitos e questões sobre desenvolvimentos e meio ambiente. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na Geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, Salvador, v. 6, n. 2, p.163-186, 2010.

NORA, Pierre. Between Memory and History: les lieux de mémoire. *Representations*, Berkeley, v. 26, p.7-24, 2009.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Política de coleções da Rede Brasileira de Jardins Botânicos*. 2014. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/crag/politica.htm>>. Acesso em: 12 set. 2014.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

PRICE, Richard. Memória, Modernidade, Martinica (fragmentos de um livro). *ILHA*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p.47-69, 2000.

PRICE, Sally. *A Arte Primitiva em Centros Civilizados*. Tradução de Inês Alfano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ROCHA, Ana L. C. da; ECKERT, Cornelia. A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: por que e como preservar o passado? *Habitus*, Goiás, v. 4, n. 1, p.455-470, 2006.

\_\_\_\_\_. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. *Política & Trabalho*. *Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 34, p.107-126, 2011.

SANJAD, Nelson. Éden domesticado. A rede luso-brasileira de Jardins Botânicos, 1790-1820. *Anais da História de Além-Mar*. Lisboa: CHAM/Universidade Nova de Lisboa, v. VII, 2006, p. 251-278.

SANSOT, Pierre. *Variations paysagères*. Paris: Klincksieck, 1983.

SARGES, Maria de N. *Belém. Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002a.

SARGES, Maria de N. *Memórias do "Velho Intendente" Antônio Lemos (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002b.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. IN: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.

SILVEIRA, Flávio L. A. da. *As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens*. Estudo da memória coletiva dos contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul. 2004. 764 p. Tese (Doutorado) - Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, F. L. A. da; CANCELA, Cristina Donza. *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 71-83.

SILVEIRA, Flávio L. A. da.; LIMA FILHO, Manuel F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma nas coisas" e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.11, n. 23, p. 37-50, 2005.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. Money in Modern Culture. *Theory, Culture and Society*, London, v. 8, n. 3, p.17-31, 1994.

TILLEY, Cristopher. *A phenomenology of landscape. Places, paths and monuments*. Oxford/Providence: Berg Publishers, 1994.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & Lugar. A Perspectiva da Experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

URRY, John. The Tourist Gaze and the "Environment", *Theory, Culture & Society*, London, v. 9, p.1-26, 1992.

VASCONCELOS, Marcela C. de A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Revista CPC*, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Tradução de Silvana Rubino. São Paulo: Papirus, 2000. p.80-103.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira São Paulo: HUCITEC/EdUSP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. Tradução José Eduardo Mendonça. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.